

ANAIS DO
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A CIDADE E A HISTÓRIA

VOLUME II

LVI
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1974

JAÚ: EXEMPLO DE URBANIZAÇÃO NA ÁREA CAFEIEIRA EM SÃO PAULO (*).

FLÁVIA ARLANCH

do Curso de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

É sabido que o processo de urbanização sofrido na Província, depois Estado de São Paulo, ocorreu paralelamente à expansão cafeeira a partir da segunda metade do século XIX.

Como exemplo desse processo, pretendemos estudar o desenvolvimento de apenas uma cidade, devido à impossibilidade de se fazer esse estudo na globalidade das cidades paulistas. Para isso escolhemos Jaú, por ser bastante representativo nesse período, e também pelo fato de ser zona pioneira e boca de sertão, sofrendo diretamente as influências de todas transformações que estavam se verificando na época.

Para esse estudo tomaremos o conceito de urbanização a partir da estruturação da cidade como uma unidade geográfica e econômica, estudando-as concomitantemente.

É necessário conhecer as condições econômicas da Província de São Paulo por volta de 1850, para compreendermos o porque do processo de urbanização ter se iniciado nesse período. É nessa época que ocorre uma apreciável mudança do ponto de vista econômico, que corresponde a passagem da economia canavieira para a cafeeira.

A economia canavieira em São Paulo, apesar de ter se organizado no período colonial, na primeira metade do século XIX, muito lentamente vinha trazendo algumas modificações na estrutura econômica da Província. Entre elas está o início do aperfeiçoamento dos meios de transportes, aparehamente do porto de Santos, reservas de capitais, etc. Mas durante a maior parte do domínio da economia

(*) . — Comunicação apresentada na 4.^a sessão de estudos, Equipe A, no dia 4 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

canaveira em São Paulo, em vista de sua estrutura que era monocultura, escravocrata, voltada ao mercado externo, fechada em si mesma, não propiciou uma abertura econômica para a estruturação de uma economia colateral. E quando nos meados do século XIX, começou ela a criar condições para isso, o café tomou o seu lugar e passou a ser o centro propulsor da economia paulista, beneficiando-se da infra-estrutura deixada pela lavoura canaveira.

É a partir de 1850 que os estímulos de investimentos do setor açucareiro são abandonados para se investir no café, por ser mais lucrativo. A lavoura cafeeira, devido às novas condições encontradas, passa a se estruturar em moldes diferentes. O setor dinamizador dessa economia continuou sendo o comércio externo, mas foi sua nova maneira de ser que veio modificar as bases econômicas internas. Para isso contribuíram: conquista de novas terras, aumento de produtividade, acúmulo de capitais, intensificação dos meios de comunicação, mão-de-obra livre, aumento da população, principalmente com bases na imigração, intensificação do comércio interno, introdução de uma economia monetária.

Baseando nessas modificações começou a solidificar a nova estrutura econômica, dando ensejo ao aparecimento de um mercado interno. O desenvolvimento do mercado interno estava na dependência tanto quantitativa como qualitativamente da criação e expansão de núcleos urbanos. E foi esse o processo que ocorreu na Província de São Paulo, verificando-se concomitantemente o desenvolvimento do mercado interno e urbanização, tendo como esteio a economia cafeeira. Povoados começaram a surgir em pleno sertão em consequência da exigência de novas terras que a “marcha do café” impunha. Nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX, inúmeros povoados começaram a aparecer além do chamado “quadrilátero do açúcar”: Jaú (1853), Ribeirão Preto (1856), São Carlos (1857), Bariri (1858), Santa Rita do Passa Quatro (1860), Angatuba (1867), São José do Rio Pardo (1867), etc. (1).

Dentro desse processo, Jaú merece destaque por ser o ponto mais avançado em direção a oeste no início da década de 1850.

Para o estudo sobre Jaú antes do início do século XX, a fonte histórica mais utilizada foi a obra de Sebastião Teixeira, denominada *Jahu em 1900* (2). Este livro, além de sua riqueza em conteúdo, é

(1). — Egas (Eugênio), *Os Municípios Paulistas*, 1925.

(2). — Teixeira (Sebastião), *Jahu em 1900*. Editado pelo *Correio de Jahu*, 1900.

singular por ser a única obra escrita existente sobre Jaú, que nos fornece a maior quantidade de informações até o final do século XIX.

A fundação do núcleo, que deu origem a Jaú, em 1853 em pleno sertão paulista, coincidiu com a época em que o café começava a tomar corpo na economia paulista. Mas a sua fundação não está ligada à conquista de novas terras para o café, porque este ainda não havia alcançado esta região. Os primeiros habitantes começaram a se fixar na década de 1840, com o objetivo de se apossarem de novas terras e se dedicaram de início à criação. A fundação do núcleo se deu devido à necessidade de um centro abastecedor para esses primeiros povoadores. Quanto a isto, nos diz Sebastião Teixeira:

“A dificuldade de comunicação com a povoação mais próxima, motivada pela imperfeição da estrada de rodagem, aliada à grande distância que os separava, incutiu no espírito dos primitivos jauenses... a necessidade de estabelecerem um núcleo de população mais próximo, aqui mesmo, que servisse-lhes de centro comercial, como de ponto onde pudessem mais comodamente exercer os indispensáveis atos cívicos e religiosos” (3)

Portanto, a ocupação da região precedeu à fundação do núcleo e este não teve a princípio função de centro irradiador de ocupação, mas sim e principalmente, o de centro de convergência para intercâmbio comercial.

A base econômica dos habitantes da região no início do povoamento foi a criação de suínos, que

“exportavam com grande custo e trabalho” (4).

Mesmo depois com o desenvolvimento da lavoura, essa criação continuou a existir, mas cada vez mais em menor escala, passando posteriormente a ser um produto de subsistência. Ao lado da criação, das geadas que assolavam anualmente a região, e as dificuldades começou a desenvolver a lavoura canavieira, mas em consequência de transporte, foi muito lento o seu desenvolvimento. Ela continuou a persistir mesmo com a chegada do café, limitando-se unicamente ao fabrico de aguardente, porque a do açúcar não era compensador devido ao trabalho que exigia, e o café mais lucrativo, absorvia a maior parte da mão-de-obra. Em 1877, o município ainda produziu açu-

(3). — *Ibidem*, p. 13.

(4). — *Ibidem*, p. 103.

car, sendo que a sua produção foi de 186.723 Kg. (5). A indústria açucareira abasteceu toda população até o final de 1870, quando o café dominou o município. Outro produto da lavoura jauense que também foi exportado até o final da década de 1870 foi o fumo. Em 1877 sua produção foi de 52.006 Kg. (6).

O café foi a mola propulsora do desenvolvimento econômico do município e, conseqüentemente, da urbanização do núcleo populacional, que foi chegando à região paulatinamente. Mas como já dissemos, foi somente na década de 1870 que ele conquistou a região. Para termos uma idéia desse avanço do café, vejamos alguns dados referentes à sua lavoura em 1877: o número de lavradores que cultivavam o café no município jauense era de 950, sendo o total de pés de café plantados de 1.177.800, com uma produção de 821.427 Kg. (7).

Apesar do café tomar corpo na região, a partir da década de 1870, o núcleo urbano só começou a ter um grande desenvolvimento com a chegada da estrada de ferro, em 1887, mas muitos passos foram dados na evolução urbana no decorrer desse período.

Vejamos então alguns aspectos da evolução de Jaú a partir de sua fundação até a década de 1880. Não possuímos nenhum dado sobre o núcleo nos primeiros anos de sua existência, a não ser uma referência sobre a capela que era então muito pobre, e de algumas casas ao seu redor. Também sabemos que pela Lei provincial n. 11, de 24 de março de 1859, Jaú foi elevado a Distrito de Paz (8). Na década seguinte foi criado o Município pela Lei n. 60, de 26 de abril de 1866 (9), e pela mesma Lei o povoado foi elevado a categoria de vila. A seguir a Termo Judiciário pela Lei Geral n. 48, de 15 de abril de 1868 (10).

Em 1869, se percebe uma certa importância da vila como centro abastecedor, pois nessa data possuía ela 18 lojas de fazendas secas e 10 de molhados, louças e ferragens (11). Seguramente, o esteio para a manutenção dessas casas comerciais estava no consumo da população rural, porque até então a função da vila era ainda o de

(5). — *Ibidem*, p. 103.

(6). — *Ibidem*, p. 104.

(7). — *Ibidem*, p. 107.

(8). — Jaú, edição comemorativa do primeiro centenário da criação do município, publicado pelo I.B.G.E. Conselho Nacional de Estatística. Coleção de Monografias n.º 330. Serviço Gráfico do I.B.G.E., p. 4.

(9). — *Ibidem*.

(10). — *Ibidem*.

(11). — Teixeira (Sebastião), *op.cit.*, p. 38.

centro de convergência da população rural para intercâmbio comercial e local dos atos administrativos, jurídicos, cívicos e religiosos.

Os melhoramentos públicos que vão aparecer até o final da década de 1880, são pequenos e foram surgindo lentamente à medida que crescia a lavoura cafeeira no município, propiciando sua riqueza. Um dos reflexos desse crescimento econômico foi a instalação da “Coletoria de Rendas Gerais” pela lei n. 1272, de 27 de dezembro de 1887 (12).

Já na década de 1880 foram acelerados os melhoramentos urbanos. Em 1883, o serviço de condução do correio, que até então era feito de 10 em 10 dias, passou a ser de 3 em 3 dias, e quando a estrada de ferro alcançou Brotas, cada dois dias e finalmente o serviço do correio passou a ser diário com a chegada da estrada de ferro em Dois Córregos.

Divertimentos públicos também começaram a aparecer na vila. Em 1884, era edificado o primeiro teatro com o nome de “Recreio Jauense”, mas funcionou por pouco tempo, pois o prédio do mesmo, com a chegada de levas de imigrantes, passou a funcionar como hospedaria.

Do ponto de vista material, a vila era muito pobre. Na década de 1880 as edificações não passavam de 400 prédios, sendo que em sua maioria possuíam um ou dois pavimentos. Em 1886 as casas eram quase que na sua totalidade construídas de

“ripas de palmeiras e cobertas de telhas importadas de Bariri” (13).

A primeira edificação de tijolos foi erigida em 1881 no Largo da Matriz. Nos diz Sebastião Teixeira, que nessa época

“a pequena área urbana era comprimida entre a grossa caçoeira de um lado, e a frondosa mata virgem do outro” (14).

Em 1884 as ruas não passavam de traçados, sem nenhuma benfeitoria. Foi nessa data que recebeu da câmara o primeiro serviço de

(12). — Fernandes (José), *Vultos e fatos da história de Jaú*, Edição conjunta extraordinária do *Correio da Noroeste*, *Correio da Capital* e *Correio de Garça*, comemorativa ao centenário de Jaú, composta nas oficinas da Rua da Mooca, 444 na Capital, São Paulo, abril de 1955.

(13). — *Ibidem*, p. 21.

(14). — Teixeira (Sebastião), *op.cit.*, p. 115.

calçamento (guias e sargetas), executados em dois quarteirões. A iluminação pública era feita desde

“1883 por 16 lampiões de querozene” (15).

e para o abastecimento de água existiam dois chafarizes. Até então a vila de Jaú era constituída de uma área bastante limitada, possuindo 3 ruas transversais, 4 colaterais e 3 largos.

O grande empecilho para o desenvolvimento urbano eram os arcaicos meios de comunicação. Até chegar a estrada de ferro, a vila se comunicava com os demais pontos da Província através de estradas que não passavam de simples picadas. Um delas ligava Jaú à Brotas e outra à Constituição, passando por São Pedro. O café, em sua quase totalidade era escoado pelo Porto do Ribeiro (no rio Tietê) que fora inaugurado em 1878, e pertencia à Companhia Fluvial Paulista. Outro meio de transportar o café era em ombos de burro até a estação de estrada de ferro mais próxima; no início até o estação do Rio Claro, depois à medida que a estrada avançava, passou a ser Itirapina. Brotas e finalmente Dois Córregos, que foi o último passo antes da chegada da ferrovia até Jaú.

Mas mesmo com essa deficiência de comunicação o crescimento econômico do município evoluiu a passos largos, e este fato pode ser confirmado pela constante elevação das rendas municipais.

RENDAS MUNICIPAIS (1870-1887).

1871	1 562\$254
1872	2 006\$280
1873	2 069\$104
1874	2 753\$844
1875	3 185\$950
1876	2 888\$760
1877	4 223\$260
1878	4 762\$070
1879	4 734\$992
1880	3 068\$020
1881	3 171\$240
1882	1 807\$950
1883	3 943\$870
1884	6 532\$243
1885	9 128\$660

(15). — Fernandes (José), *op. cit.*, p. 22.

1886	13 600\$010
1887	7 089\$612 (16).
1880 — somente até 12 de outubro.1882 — somente até 22 de julho.	
1887 — somente de 5 de maio em diante.	

O café, que era a base econômica do município, tinha como maior empecilho para a sua expansão a falta de um adequado meio de transporte; os até então utilizados (vapores por via fluvial e lombo de burro) eram deficitários. Essa deficiência de transporte vai ser sanada em 1887 quando a estrada de ferro alcança Jaú.

Nessa época, as estradas de ferro na Província de São Paulo caminhavam atrás do café. O seu avanço propiciava toda uma dinâmica na economia paulista, porque na medida que ia atender o escoamento do café, recebia da região novos impulsos, tanto da comercialização do café, como da intensificação de um intercâmbio comercial com bases no mercado consumidor da região alcançada.

Na Província de São Paulo foi muito rápido o avanço das ferrovias, e portanto os novos povoados logo receberam os benefícios desse setor de comunicação. Para termos uma idéia da rapidez desse avanço é só constatar as datas: a estrada de ferro Santos-Jundiá foi inaugurada em 1867, cinco anos depois (1872) a Paulista ligou Jundiá a Campinas e em menos de duas décadas (1887) estava e'a em contato direto com Jaú, através da Companhia do Rio Claro.

Jaú, como as demais cidades paulistas, recebeu um grande impulso desenvolvimentista com a chegada da estrada de ferro, principalmente do ponto de vista urbano. No ano seguinte da chegada da estrada de ferro, ou seja 1888, contava o núcleo urbano com

“2 ourives e dois relojoeiros, 4 padarias, 4 açougues, 5 ferreiros, 2 seleiros, 1 fogueteiro, 3 fábricas de cerveja e licores e vários engenhos de serrar e muitos outros de beneficiar café” (17).

E apenas dois anos depois da ferrovia ter chegado, a vila de Jaú era elevada à categoria de cidade pela Lei Provincial n. 6, de 6 de fevereiro de 1889 (18). O quadro urbano a partir de então passou a modificar-se extraordinariamente. Narra Sebastião Teixeira:

(16). — Teixeira (Sebastião), *op.cit.*, p. 35.

(17). — Fernandes (José), *op.cit.*, p. 21.

(18). — *Jaú, edição comemorativa do primeiro centenário do município* — publicação do I.B.G.E. — p. 4.

“A pequena vila de 1887 estende-se por quase todos os lados, sendo em fins de 1891, de fato e de direito uma grande cidade. Tivemos ocasião de observar nesse ano, que só numa rua, 36 prédios estavam em construção”

O município nessas alturas ressentia a falta de um estabelecimento de crédito para atender a expansão do comércio, e da lavoura, principalmente. Para esse fim foi instalada em 1889 a primeira agência bancária na cidade, agência essa do “Banco de São Paulo”, extinta logo depois (1892). Mas nesse ano outro estabelecimento bancário já funciona. Era o “Banco Melhoramentos do Jahu”. Fora organizado em 1890, com capital oriundo de uma reunião de cidadãos, em sua maioria agricultores e comerciantes. Esse fato de jauenses com capital local organizarem um banco, demonstra bem a expansão econômica do município. Para atender investimentos cada vez maiores que se aplicavam na lavoura cafeeira nesse período, era de extrema importância o crédito bancário. E os jauenses puderam com suas próprias finanças atender essa nova necessidade que a expansão cafeeira impunha. Também a instalação do banco na cidade deixa clara a importância desta de centro comercial e urbano regional.

Apesar desse grande desenvolvimento econômico a cidade não possuía até essa época nenhum dos benefícios de uma cidade urbanizada, ou seja: rede de água, de esgoto, luz elétrica, etc. Foi no decorrer da década de 1890 que esses melhoramentos foram sendo introduzidos.

O livro de *Resoluções e Leis da Câmara* (20), que tem como data de abertura, 20 de julho de 1897, nos dá uma idéia do esforço da administração local para dotar a cidade de todos os melhoramentos urbanos. Assim podemos ver já na data de abertura, a lei n.º 5 que autorizava a construção do Mercado Municipal, inaugurado em 1889. A lei n.º 56, de 15 de março de 1899, ampliou o perímetro urbano em consequência do crescimento da cidade. Em 1898 ficou pronta a rede de água que já havia sido votada pela Câmara por lei anterior à data de abertura do livro de leis a que nos referimos. Pela lei n.º 68, de 16 de setembro de 1899, ficaram aprovadas as bases do contrato para a iluminação pública através da “Empresa de Força e Luz de Jahu”, e pela n.º 63, de 31 de julho de 1899, ficou autorizada a construção da rede de esgoto.

(19). — Teixeira (Sebastião), *op.cit.*, p. 119.

(20). — Arquivo da Prefeitura Municipal de Jaú — *Livro manuscrito n.º 199* — Resoluções e Leis da Câmara, 20 de julho de 1897 a 7 de fevereiro de 1910.

Fator importante para o desenvolvimento do município e do crescimento urbano de Jaú foi a imigração. A imigração que se intensificou na Província de São Paulo a partir do início da década de 1880, foi um fator preponderante de crescimento demográfico e urbanização em toda Província, como também contribuiu de maneira marcante para a mudança do regime de trabalho, acelerando a passagem da mão-de-obra escrava para a assalariada. Em Jaú essa passagem não se deu tão acentuadamente porque quando o café tomou corpo na região, o número de escravos que ali entraram tinha sido pequeno, mas a introdução de imigrantes foi muito significativa. Apesar de não possuímos dados sobre o número de imigrantes que entraram no município a partir de 1880, podemos no entanto afirmar que a imigração italiana na região foi muito grande, pelo fato de logo se organizarem sociedades representativas de sua colônia. A primeira sociedade fundada pela colônia italiana foi a “Società Mutuo Socorso Stella d’Italia” fundada a 1 de abril de 1894. Em Bica da Pedra (uma vila do município) foi fundada no final da década de 1890, a “Società di Mutuo Socorso Principe di Napoli” e com sede em Barra Bonita, que também era uma vila dentro do município jauense, foi fundada a sociedade “Roma Inangibeli” (21).

Ao findar o século XIX, Jaú que ainda não comp’etara meio século, podia-se dizer que era uma cidade urbanizada que tivera uma evolução bastante rápida com bases na lavoura cafeeira. Da implantação dessa lavoura na região até 1900 o município muito crescera, tanto economicamente como demograficamente. Em 1872 sua população era de 7.412 habitantes (22). Em 1887 era de 18.341 (23) e em 1900 era de aproximadamente 25.000 (24). De grande importância para o crescimento demográfico, não há dúvida, foi o fator imigração. Comparando-se as duas primeiras datas podemos constatar que em menos de 20 anos a população quase que triplicou. A cidade, recebendo os benefícios do crescimento econômico do município, muito se ampliou. De uma simples capela e algumas casas toscas ao seu redor em 1853, passou a ter em 1900,

“33 ruas, 8 largos e 915 prédios” (25).

A partir de 1900 a cidade continuou a melhorar do ponto de vista material, mas então passou a se dar uma maior ênfase à vida cultural. Isso fica demonstrado pelo esforço da administração local

(21). — Teixeira (Sebastião), *op. cit.*, p. 80.

(22). — Fernandes (José), *op. cit.*, p. 9.

(23). — Milliet (Sérgio), *Roteiro do café e outros ensaios*, Coleção “Departamento de cultura”. Vol. XXV. São Paulo 1941, 3.^a edição, p. 61.

(24). — Teixeira (Sebastião), *op. cit.*, p. 19.

(25). — *Ibidem*, p. 19.

em dotar o município do maior número de escolas possíveis. De janeiro de 1900 a 1907 foram criadas 22 escolas no município (26); pela lei n.º 73, de março de 1900, ficou criado o Arquivo e a Biblioteca Municipal (27). Em 1903 foi criada a escola maternal filiada à Associação Feminina Beneficente de São Paulo.

Mas também a cidade continuou a se expandir. Em 1901 foi facultado pela lei n.º 89 de 11 de março a construção de pequenas casas para habitação, fora do perímetro urbano (28). E melhoramentos continuaram sendo feitos na primeira década do século XX. Em 1905 foi iniciado o calçamento das ruas centrais da cidade, estabelecendo, pois, mais um dos melhoramentos urbanos que a cidade então necessitava.

Num apanhado geral, indicaremos em seguida dados das rendas municipais a partir de 1888 até 1899, complementando a tabela que apresentamos anteriormente até 1887.

ANO	RENDA
1888	14:068\$344
1889	24:112\$702
1890	52:781\$017
1891	
1892	
1893	99:169\$883
1894	124:989\$129
1895	158:713\$031
1896	141:299\$780
1897	168:161\$570
1898	228:378\$462
1899	298:817\$202 (29).

Para servir de complementação a esses dados das rendas municipais, indicaremos a seguir uma tabela referente a orçamentos municipais, sendo que esta tabela não está tão completa como a acima referida, entretanto, nos oferece dados até o ano de 1910.

(26). — Arquivo da Prefeitura Municipal de Jaú — Resoluções e Leis da Câmara.

(27). — *Idem.*

(28). — *Idem.*

(29). — Teixeira (Sebastião), *op.cit.*, p. 36.

ANO	ORÇAMENTO
1877	3:485\$000
1878	6:766\$000
1881	5:000\$000
1891	28:000\$000
1894	103:582\$952
1895	105:000\$000
1896	140:000\$000
1897	134:000\$000
1898	155:000\$000
1899	210:000\$000
1900	278:300\$000
1901	286:973\$000
1902	405:500\$000
1903	382:200\$000
1904	411:100\$000
1905	433:000\$000
1906	458:300\$000
1907	515:000\$000
1908	474:500\$000
1909	414:877\$000
1910	480:200\$000 (30).

Através desses dados acima indicados, podemos verificar as grandes somas que a Prefeitura passou a empregar a partir da última década do século XIX e início do XX, que corresponde a época em que a cidade de Jaú recebeu seu maior impulso quanto a melhoramentos urbanos.

Todo esse desenvolvimento urbano que acabamos de demonstrar na cidade de Jaú, teve como mola propulsora o desenvolvimento da lavoura cafeeira. O desenvolvimento econômico do município está ligado a todo um crescimento econômico da Província que dele se beneficiou. Um dos setores infra-estruturais mais importante nessa época foi a implantação das ferrovias e melhoramento das rodovias que veio facilitar a circulação de mercadorias e esta circulação por sua vez criou e expandiu centros de abastecimentos, ou seja, os centros urbanos. De grande importância também, foi a transição da mão-de-obra escrava para assalariada, que veio por sua vez contribuir na afir-

(30). — Até o ano de 1897 — Teixeira (Sebastião), *op.cit.*, p. 36. De 1898 a 1910, Arquivo da Prefeitura Municipal de Jaú — Resoluções e Leis da Câmara.

mação da economia monetária, e esta para o seu crescimento promoveu e expandiu centros urbanos.

Portanto, o que acabamos de constatar em Jaú, foi um fenômeno que ocorreu mais ou menos de maneira semelhante na maioria das cidades paulistas.

O fenômeno “urbanização paulista”, a partir da segunda metade do século XIX, teve como apóio a economia cafeeira, que, como vimos, desde o início se estruturou em novos moldes criando uma infra-estrutura para a urbanização.

* * *

BIBLIOGRAFIA.

1. — *Fontes primárias.*

1. — *Manuscrita.*

Resoluções e Leis da Câmara, livro n.º 199 do Arquivo da Prefeitura Municipal de Jaú.

2. — *Impressa.*

Teixeira (Segastião), *Jahu em 1900*. Editado pelo *Correio de Jahu*, 1900.

11. — *Fontes secundárias.*

1. — Dean (Warren), *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. Tradução de Octávio Mendes Cajuado. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1971.

2. — Milliet (Sérgio), *Roteiro do Café e Outros Ensaios*, Coleção Departamento de Cultura”. Vol. XXV, São Paulo, 1941, 3.ª edição.

3. — Fernandes (José), *Vultos e Fatos da História de Jaú*. Edição conjunta extraordinária do *Correio da Noroeste*, *Correio da Capital* e *Correio de Garça*, comemorativa ao centenário de Jaú, composta nas oficinas da Rua da Mooca, 444, na Capital, São Paulo, abril de 1955.

4. — Petrone (Maria Thereza Schorer), *A Lavoura Canavieira em São Paulo, expansão e declínio (1765-1851)*, Difusão Européia do Livro. São Paulo. 1968.

5. — Velho (Otávio Guilherme) (organizador), *O Fenômeno Urbano*. Textos Básicos de Ciências Sociais. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 2.ª edição, 1973.